

Cresce retirada de apoio à PEC 30itão na Câmara. 25 deputados não assinam mais a proposta

A proposta de reforma administrativa de Hugo Motta, Pedro Paulo, Zé Trovão e companhia, conhecida como PEC 30itão, tem sido apresentada como um projeto voltado ao combate a privilégios no serviço público. No entanto, dados recentes do Ipea, divulgados em uma série de reportagens publicadas pelo Portal CUT, apontam que essa justificativa não se sustenta.

A PEC 38/25 vem sendo criticada por especialistas e entidades por representar risco a direitos previstos na Constituição de 1988 e por abrir espaço para participação privada em serviços de responsabilidade do Estado.

Sua tramitação tem gerado controvérsia. Informações e declarações recentes do próprio deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) apontam que o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), quer apenas a proposta a alguma iniciativa já em curso sobre o tema, nesse caso a PEC 32/20, da famigerada reforma administrativa de Bolsonaro-Guedes, considerada a pior peça sobre administração pública já enviada ao Congresso. E especialistas alertam: o conteúdo da PEC 38/25 consegue ser ainda pior e mais nocivo ao serviço público.

A PEC 30itão foi protocolada com o número mínimo



de assinaturas (171) e enfrenta resistência crescente: 25 deputados já solicitaram a retirada de apoio, incluindo integrantes de partidos ligados aos autores da proposta. Para inviabilizar a proposta, seriam necessárias ao menos 86 retiradas de assinaturas. A luta segue para que outros deputados acompanhem e solicitem a retirada de apoio a esse projeto nefasto ao Brasil.

Cortinas de fumaça

Entre os principais argumentos usados pelos defensores da PEC está o combate a “supersalários”. Segundo o analista do Ipea Félix Lopes, essa narrativa se baseia em uma parcela muito pequena do funcionalismo e não reflete a realidade da maioria dos servi-

dores. Sérgio Antiqueira, da CUT, afirma que a proposta não enfrenta privilégios estruturais e incide especialmente sobre os trabalhadores da base do serviço público.

Os dados do Ipea citados pela CUT mostram que categorias como professores, policiais, profissionais de saúde e administrativos enfrentam baixos salários, desigualdades regionais e perda de poder de compra após anos sem reposição inflacionária.

A série especial destaca ainda três pontos críticos: a ausência de simetria entre níveis federativos, o risco à autonomia de estados e municípios e o impacto direto do desmonte do serviço público sobre a população que mais depende dele.

Fonte: Condsef

Mulheres negras acumulam desigualdades no mercado de trabalho, diz Dieese

As desigualdades de gênero e raça continuam moldando, de forma profunda, a participação das mulheres negras no mercado de trabalho brasileiro. Segundo o boletim especial do Dia da Consciência Negra, divulgado pelo Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), há um cenário marcado pela sobrecarga, pela baixa remuneração e pela dificuldade de ascensão profissional das mulheres negras no trabalho, resultado direto da soma de discriminações históricas.

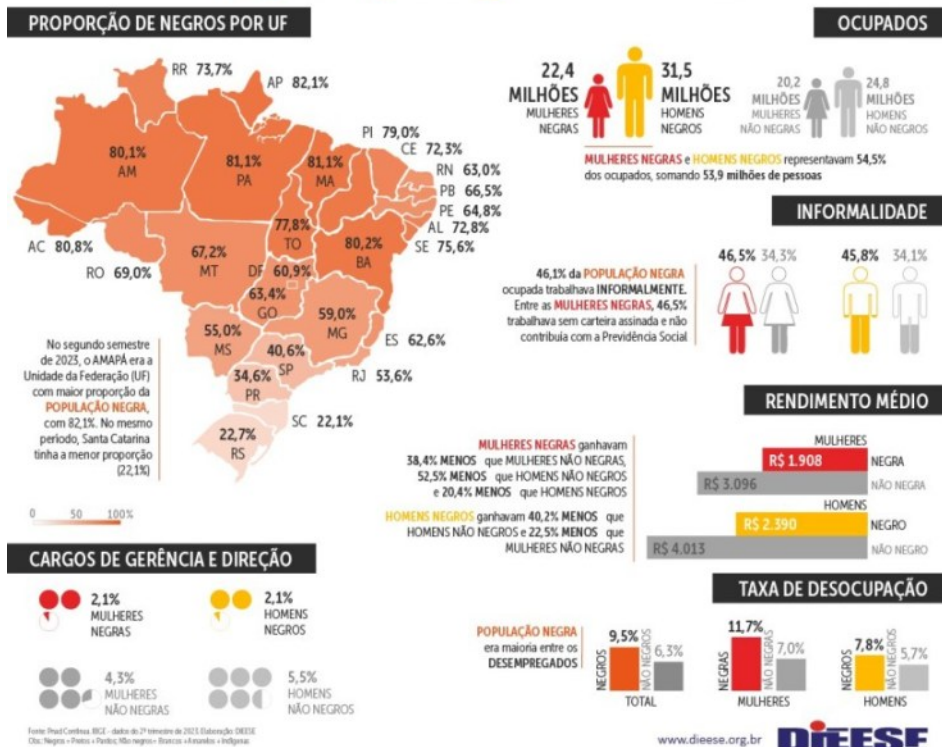
Um dos dados mais expressivos mostra a centralidade dessas mulheres na sustentação dos lares brasileiros: 24 milhões de casas, o equivalente a 30% de todos os domicílios do país, são chefiados por mulheres negras. Mesmo assumindo essa responsabilidade, elas encontram o mercado de trabalho mais hostil e desigual.

A taxa de desocupação entre mulheres negras atinge 8%, o dobro da registrada entre homens brancos, evidenciando barreiras de acesso que continuam se repetindo ano após ano. E, quando conseguem emprego, as desigualdades se aprofundam na remuneração.

De acordo com o Dieese, o rendimento médio das mulheres negras é 53% menor que o dos homens brancos, o que significa R\$ 30.800 a menos ao final de um ano. Entre trabalhadores com ensino superior, essa distância se amplia ainda mais: a diferença média chega a R\$ 58 mil anuais. Ou seja, mesmo quando alcançam maior escolaridade, elas continuam recebendo muito menos.

Raça e gênero

A dupla discriminação, de gênero e de raça, continua determi-



nando oportunidades, trajetórias profissionais e padrões de renda no país.

Para a secretária nacional de Combate ao Racismo da CUT, Maria Júlia Nogueira, enfrentar esse cenário exige políticas públicas amplas, que ataquem desde o acesso à educação e à formalização até medidas de combate à discriminação e promoção da equidade nas empresas.

“Enquanto isso não acontece, milhões de mulheres negras seguem sustentando famílias e movimentando a economia brasileira sob condições muito mais adversas do que outros grupos da população”, afirma a dirigente.

Setores historicamente associados à desigualdade de gênero e raça continuam concentrando grande parte dessas mulheres. Uma em cada seis mulheres negras trabalha no emprego doméstico ou na limpeza de edifícios, ocupações marcadas por baixos salários e pouca valorização.

Enquanto isso, nas posições de liderança, a exclusão fica ainda mais evidente. Entre homens brancos, um em cada 17 trabalhadores ocupa cargos de direção ou gerência. Entre mulheres negras, apenas uma em cada 46 chega a esses postos, revelando um teto de vidro ainda mais rígido quando gênero e cor se combinam.

Salários precários

O Dieese aponta ainda que a precariedade também aparece na base salarial: metade das mulheres negras (49%) ganha no máximo um salário mínimo.

A informalidade, continua a pesquisa, segue como realidade para quase quatro em cada dez: 39% das trabalhadoras negras não têm carteira assinada, o que reduz direitos, estabilidade e proteção social.

Fonte: CUT